

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A creche “Cogumelo”, situada na Marinha Grande, encerrou no passado dia 15 de fevereiro de forma inesperada deixando sem resposta nove trabalhadoras e mais de cinquenta crianças. Trabalhadoras, pais e encarregados de educação foram informados à hora de almoço, e por mensagem de whatsapp, que teriam de ir buscar as crianças até às 17h, porque a creche iria encerrar em definitivo.

De acordo com as denúncias a que Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve acesso e segundo as informações tornadas públicas pela comunicação social, a moradia onde funcionava esta creche foi alvo de um processo judicial que se prolongava há vários anos e que culminou com a ordem judicial de entrega do imóvel naquela data.

A gerência da creche, em declarações tornadas públicas, deu nota que o imóvel onde funcionava a creche tinha sido financiado por uma entidade financeira que faliu em 2015 e que, apesar das negociações, não conseguiram adquirir o imóvel à entidade terceira que comprou os ativos.

É inaceitável a situação de incerteza em que a administração da creche colocou nove trabalhadoras e os pais e encarregados de educação de mais de cinquenta crianças com idades até aos 3 anos. O processo judicial que ditou a entrega do imóvel corre há vários anos, a gerência da creche tinha total conhecimento do estado em que o mesmo se encontrava e foi incapaz de cumprir os prazos a que esta legalmente obrigada para avisar com antecedência as suas trabalhadoras e as famílias das crianças que frequentavam a creche, sabendo que estas se encontravam na total dependência da creche, do ponto de vista laboral e familiar.

Está em causa a situação laboral e familiar de nove funcionárias, cujo único rendimento é proveniente do seu trabalho, e também dos pais e encarregados de educação que veem também a sua situação laboral ser posta em causa, seja porque têm vínculos precários, seja porque trabalham turnos, e não tem qualquer tipo de justificação para entregar na sua entidade patronal, não têm resposta alternativa para deixar estas crianças, nem sabem por quanto tempo

esta situação se pode prolongar.

Apesar do prévio conhecimento, por parte da administração da creche, que a entrega do imóvel estaria iminente, às famílias foi cobrada a mensalidade por inteiro e existem subsídios em atraso, referentes a anos anteriores, às trabalhadoras da creche.

A educação e os cuidados na primeira infância são considerados uma base para a educação e para a formação ao longo da vida. No entanto, em Portugal, a taxa de cobertura de creche continua a rondar os 50%, o que quer dizer que cerca de metade das crianças até aos três anos não consegue ter acesso a uma creche.

Mais, a política de creches tem sido orientada por duas opções erradas: não incluir as creches no sistema educativo, mas no campo da ação social, remetendo a oferta essencialmente para o setor privado e o setor social (IPSS) financiado através de acordos de cooperação com a Segurança Social, o que pode criar situações como esta a que o Estado não consegue dar resposta, porque se desresponsabilizou de assegurar este direito a todas as crianças.

A gratuidade das creches implementada pelo Governo não consegue dar resposta a todas as crianças exatamente, porque estando dependente do setor social solidário, não existem lugares de creche suficientes.

No caso concreto, as famílias e as crianças que já se encontravam a beneficiar da medida da gratuidade na creche “Cogumelo” não sabem se a mesma se vai manter, porque a alternativa que será encontrada poderá não integrar o Programa “Creche Feliz”.

O Governo tem responsabilidade direta nesta matéria e dever de atuação sobre a mesma, cabendo-lhe garantir, através de todos os meios disponíveis pelo exercício da tutela, que é dada uma resposta a estas nove trabalhadoras que ficaram inesperadamente sem os seus postos de trabalho, sem o seu salário, e de encontrar rapidamente respostas para as mais de 50 crianças e respetivas famílias, com a garantia de que as condições de acesso a que tinham direito se mantêm.

Perante os factos aqui descritos, e que foram denunciados a este Grupo Parlamentar, importa apurar qual a atuação das entidades competentes face a esta matéria.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Que medidas tomou ou está a tomar o Governo para garantir que as nove trabalhadoras da creche “Cogumelo” veem os direitos laborais garantidos, uma vez que ficaram, sem qualquer aviso prévio, sem o seu posto de trabalho e o seu rendimento?
2. Que medidas implementou ou vai implementar o Governo para assegurar que as mais de 50 crianças da creche “Cogumelo” têm uma resposta rápida e em iguais condições, designadamente no que diz respeito à gratuidade da resposta?
3. O que medidas vai o Governo adotar para responsabilizar a administração da creche “Cogumelo” que, sem aviso prévio, deixou nove funcionárias sem rendimento e famílias e crianças sem creche, com graves consequências do ponto de vista laboral e familiar?
4. Reuniu ou vai reunir o Governo, através do Instituto da Segurança Social, com a administração da creche? Se sim, quais os resultados?

5. Reuniu ou vai reunir o Governo, através da DGERT e da ACT, com as nove trabalhadoras que ficaram sem os seus postos de trabalho? Se sim, quais os resultados?

Palácio de São Bento, 20 de fevereiro de 2024

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)